

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio Grande do Norte- SEBRAE/RN
Balanco Patrimonial

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/03/2018	31/12/2017	Passivo	Nota	31/03/2018	31/12/2017
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e Equivalentes de caixa	4	26.115	22.874	Emprestimos e Financiamentos	13	-	-
Aplicações financeiras temporárias(2)	4	-	-	Remunerações e Encargos	13	459	460
Créditos a receber	5	874	901	Obrigações Tributárias	14	285	695
Numerais vinculados a programas e projetos	6	3.634	2.948	Obrigações com convênios e contratos	15	370	387
Adiantamentos Concedidos	7	74	539	Obrigações trabalhistas	16	2.436	3.701
Convênios e (acordos) a executar	8	1.145	1.145	Contas a Pagar	17	939	1.492
Créditos com o Sistema SEBRAE	9	3.272	6.987	Obrigações com o Sistema SEBRAE	9	6.563	8.030
Outros Créditos	10	120	121	Provisão Homas FAMPE (2)	11	-	-
Total do ativo circulante		35.234	35.515	Total do passivo circulante		11.052	14.765
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Créditos com o Sistema SEBRAE	9	-	-	Provisões	11	1.086	1.051
Depósitos realizáveis	11	324	200	Obrigações com o Sistema SEBRAE	9	2.643	2.918
Aplicações financeiras	-	-	-	Total do passivo não circulante		3.729	3.969
Outros créditos	-	-	-	Total do passivo exigível		14.781	18.734
Investimento	12	-	-	Patrimônio líquido *	18	-	-
Imobilizado	12	25.719	25.606	Superávits acumulados		30.483	25.769
Intangível	12	-	-	Superávit(déficit) do período / exercício		3.831	4.591
Total do ativo não circulante		26.043	25.806	Ajuste de avaliação patrimonial		12.182	12.227
Total do ativo		61.277	61.321	Total do patrimônio líquido		46.496	42.587
				Total do passivo e do patrimônio líquido		61.277	61.321

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

José Ferreira de Melo Neto
 Diretor Superintendente

José Eduardo Ribeiro Viana
 Diretor de Operações

Claudio Soares da Silva
 Contador - RN 006805/O-4

João Hélio Costa da Cunha Cavalcanti Júnior
 Diretor Técnico

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio Grande do Norte - SEBRAE/RN
Demonstrações de resultados

Períodos de três meses findos em 31 de Março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	
	31/03/2018	31/03/2017
Receitas		
Contribuição social líquida (CSO/CSN)	19	13.833
Receitas empresas beneficiadas	20	1.292
Receitas de convênios, Subvenções e auxílios financeiros	21	35
Outras receitas operacionais	22	179
Total das Receitas	15.339	11.959
Despesas		
Pessoal, encargos e benefícios sociais	23	(5.204)
Serviços profissionais e contratados	24	(4.045)
Custos e despesas de operacionalização	25	(2.005)
Encargos diversos	26	(101)
Despesas com transferências e com programas e convênios	27	-
Despesas com provisões		(74)
Depreciação e amortização		(400)
Outras despesas operacionais		(14)
Total de Despesas	(11.843)	(10.314)
Superávit antes do Resultado Financeiro Líquido	3.496	1.645
Resultado Financeiro Líquido (receita financeira/variações)	28	336
Superávit (déficit) do período	3.832	2.129

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

José Ferreira de Melo Neto
Diretor Superintendente

José Eduardo Ribeiro Viana
Diretor de Operações

João Hélio Costa da Cunha Cavalcanti Júnior
Diretor Técnico


Claudio Soares da Silva
Contador - RN 006805/O-4

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio Grande do Norte - SEBRAE/RN
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de três meses findos em 31 de Março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

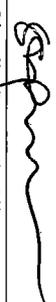
	Superávit (déficit) acumulado	Superávit (déficit) do período	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 01 de Janeiro de 2017	18.454	-	11.641	30.095
Incorporação do superávit(déficit) do exercício anterior	7.110	-	-	7.110
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	41	-	(41)	-
Superávit (déficit) do período	-	2.129	-	2.129
Saldo em 31 de Março de 2017	25.605	2.129	11.600	39.334
Saldo em 01 de Janeiro de 2018	25.769	-	11.449	37.218
Incorporação do superávit (déficit) do exercício anterior	4.591	-	-	4.591
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	41	-	(41)	-
Superávit (Déficit) do período	-	3.832	-	3.832
Saldo em 31 de Março de 2018	30.401	3.832	11.408	45.641

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

José Ferreira de Melo Neto
 Diretor Superintendente

José Eduardo Ribeiro Viana
 Diretor de Operações

João Hélio Costa da Cunha Cavalcanti Junior
 Diretor Técnico


 Claudio Soares da Silva
 Contador - RN 006805/O-4

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio Grande do Norte - SEBRAE/RN
Balanco Organematário

Janeiro a Março de 2018

(Em milhares de Reais)

Receitas	Execução Período Anterior (a)	Ano Atual			%	Δ %	Despesas	Execução Período Anterior (a)	Ano Atual			%	Δ %
		Previsão Original (b)	Execução (c)	(c/b)					(c/a)	Previsão Original (b)	Execução (c)		
Receitas Correntes	12.817	62.470	16.778	25,3	25,1	Despesas Correntes	10.008	61.030	11.393	18,7	13,8		
Contribuição Social Ordinária-CSO	10.012	40.478	11.571	28,6	15,6	Personal, Encargos e Benefícios	6.381	24.607	5.204	21,1	-18,4		
CS do Sebrae/NA - Aprovada	1.079	13.728	2.281	18,5	109,5	Serviços Profissionais e Contratados	2.023	23.111	4.045	17,5	100,0		
CS do Sebrae/NA - Proposta	-	-	-	-	-	Damais Despesas Operacionais	1.386	12.285	2.005	16,3	43,6		
Convênios (Parceiros + Sebrae/NA)	-	26	35	134,6	-31,0	Encargos Diversos	208	596	139	23,3	-33,2		
Aplicações Financeiras	638	2.500	440	17,6	75,5	Transferências	-	431	-	0,0	-		
Empresas Beneficiadas	738	5.472	1.292	23,6	24,2								
Outras Receitas	52	270	179	88,3									
Deficit Corrente	-	-	-	-	-	Superávit Corrente	2.509	4.385	61,6	149,1			
Alienação de Bens	-	-	-	-	-	Despesas de Capital	338	1.633	842	156,8	54,4		
Oper. Crédito / Recemb. Empréstimos	-	-	-	-	-	Investimentos / Outros	338	333	522	156,8	54,4		
Saldo de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	Amortização de Empréstimos	-	1.300	320	24,6	0,0		
Receitas Totais	12.817	62.470	16.778	25,3	26,1	Fundo de Reserva	-	-	-	-	-		
Deficit Total	-	-	-	-	-	Despesas Totais	10.346	62.663	12.235	19,5	18,3		
Total Geral	12.817	62.470	16.778	25,3	26,1	Superávit Total	2.171	62.663	16.778	25,2	26,1		

Tendo como base o relatório do SME acima (Balanco Organematário), referente aos meses de Janeiro a Março/2018, apresentamos a seguir as justificativas relativas as variações superiores a 15% nos grupos de despesas e receitas.

CSN – A transferência da CSN se dará por parcela de 1/12 avos conforme IN 37 alterada pelo SEBRAE/NA em Janeiro do ano corrente.

Convênios com parceiros - A receita de convênios foi avançada pela prestação de contas do convênio com a Indústria M Dias Branco.

Aplicações Financeiras - A receita de aplicações financeiras acompanha o recurso transferido pelo SEBRAE/NA referente a CSN e consequentemente aplicado pelo SEBRAE/RN.

Outras Receitas - Os valores referem-se a ressarcimento de funcionária cedida ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte e receita proveniente das inscrições de candidatos ao processo Trainee SEBRAE/RN 2018.

Serviços Profissionais e Contratados – Esta rubrica de despesa consiste em seu maior montante no pagamento de consultores, o que somente ocorre em sua totalidade ao final das consultorias.

Damais Despesas Operacionais – A melhoria nos índices de execução das iniciais eleva as despesas operacionais em mesma proporção no decorrer do exercício.

Investimentos/Outros - A execução do projeto SEBRAE/ab que estava prevista para o exercício de 2017 foi postergada para o primeiro semestre de 2018 ocasionando uma execução a maior em relação ao previsto original.

José Ferreira de Melo Neto
Diretor Superintendente

José Eduardo Ribeiro Viana
Diretor de Operações

João Hélio Costa da Cunha Cavalcanti Junior
Diretor Técnico

Claudio Soares da Silva
Contador - RN 006805/O-4

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio Grande do Norte - SEBRAE/RN

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto

Períodos de três meses findos em 31 de Março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/03/2018	31/03/2017
Resultado do período	3.832	2.129
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	400	397
Baixa de bens	-	-
Provisões Circulantes	-	-
Provisões não circulantes	-	(189)
	4.232	2.337
Redução (aumento) nos ativos:		
Creditos a receber	354	(723)
Numerários vinculados a convênios e programas	(1.724)	4.489
Adiantamentos Concedidos	(2)	(15)
Adiantamentos de convênios e acordos a executar	(111)	(394)
Créditos com o Sistema SEBRAE	48	(3.320)
Créditos com o Sistema SEBRAE de longo Prazo	-	-
Depósitos realizáveis a longo prazo	(58)	(84)
Outros créditos não circulantes	-	-
	(1.493)	(47)
Aumento (redução) nos passivos:		
Emprestimos e Financiamentos	-	-
Remuneração e Encargos	(8)	8
Obrigações Tributárias	(88)	35
Obrigações com convênios e contratos	(22)	4
Contas a pagar	772	(1.568)
Obrigações trabalhistas	316	(66)
Obrigações com o Sistema SEBRAE	2.890	(2.986)
Provisões	897	(168)
	4.757	(4.741)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	7.496	(2.451)
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Adições ao ativo imobilizado	(513)	(211)
Alienação de Imobilizado	-	-
Aplicações financeiras em fundos de investimento	-	-
Resgates financeiros em fundos de investimento	-	-
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades de investimento	(513)	(211)
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	6.983	(2.662)
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	26.115	17.999
(-) Caixa e equivalentes de caixa no início do período	22.874	17.499
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	3.241	500

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

José Ferreira de Melo Neto
Diretor Superintendente

José Eduardo Ribeiro Viana
Diretor de Operações

João Hélio Costa da Cunha Cavalcanti Júnior
Diretor Técnico


Claudio Soares da Silva
Contador - RN 006805/O-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais)

1 - Contexto operacional

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio Grande do Norte (“SEBRAE/RN” ou “Entidade”) é uma entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituído sob a forma de Serviço social autônomo, regulada por estatuto, tendo por objetivo fomentar o desenvolvimento sustentável, a competitividade e o aperfeiçoamento técnico das microempresas e das empresas de pequeno porte industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, notadamente nos campos da economia, administração, finanças e legislação; da facilitação do acesso ao crédito; da capitalização e fortalecimento do mercado secundário de títulos de capitalização daquelas empresas; da ciência, tecnologia e meio ambiente; da capacitação gerencial e da assistência social, em consonância com as políticas nacionais de desenvolvimento. A Sede da Entidade está localizada à Av. Lima e Silva, 76, Bairro de Lagoa Nova, Natal/RN

O âmbito de atuação do SEBRAE/RN constitui-se no apoio às Micro e Pequenas Empresas no Estado do Rio Grande do Norte, com vistas à melhoria do seu resultado e ao fortalecimento do seu papel social.

O SEBRAE/RN recebe recursos oriundos do SEBRAE/Nacional que é o responsável pelos repasses de recursos aos Estados e Distrito Federal para manutenção de suas atividades e projetos, conforme a Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990, mediante contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no País. Para manutenção de suas atividades poderá eventualmente promover a venda de produtos e a prestação de serviços ligados aos seus objetivos, sendo os resultados auferidos aplicados integralmente na manutenção das atividades. As unidades do Sistema SEBRAE dos Estados e do Distrito Federal têm autonomia financeira, administrativa e contábil, sendo constituídos como entidades juridicamente autônomas.

A Entidade tem como associados:

1. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE
2. Serviço Nacional de Aprendizado Industrial do RN - SENAI/DR-RN;
3. Governo do Estado do RN - SEDEC;
4. Federação do Comércio de Bens e de Serviços do RN - FECOMERCIO;
5. Federação das Indústrias do RN - FIERN;
6. Federação das Câmaras Dirigentes Lojistas do RN - FCDL;
7. Federação das Associações Comerciais do RN - FACERN;
8. Federação da Agricultura e Pecuária do RN - FAERN;
9. Fundação de Apoio à Pesquisa do RN - FAPERN;
10. Banco do Brasil S/A - BB;
11. Caixa Econômica Federal - CEF;
12. Banco do Nordeste do Brasil - BNB;
13. Associação Norte-Riograndense de Criadores - ANORC;
14. Associação Comercial e Industrial de Mossoró - ACIM;
15. Agência de Fomento do Estado do RN - AGN.

O SEBRAE/RN é uma entidade isenta do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Lei nº 9.532/97, art. 15 § 1º), por ser uma instituição sem fins lucrativos que presta serviços sociais autônomos para os quais foi instituída.

Considera-se Entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (art. 15, § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, art. 10).

Com relação à tributação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, o inciso X do art. 14 e o inciso VI do art. 13, ambos da Medida Provisória nº 2.158-35/2001 determinam que as receitas da atividade própria são isentas para serviços sociais autônomos, criados ou autorizados por lei.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), por meio do art. 47 da Instrução Normativa da nº 247/2002, definiu o conceito de receitas da atividade própria, como sendo as derivadas das atividades próprias somente aquelas decorrentes de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, sem caráter contraprestacional direto, destinadas ao seu custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Além de parecer do tributarista Dr. Roque Carrazza, que concluiu estar o Sebrae sob a égide constitucional da imunidade tributária, a 13ª Vara Federal de Porto Alegre, em resposta a uma ação ordinária impetrada por uma unidade regional integrante do Sistema SEBRAE, expediu despacho/decisão de 1ª instância, de que o art. 47 da referida IN é ilegal, e portanto, não restringe a isenção da Cofins de que trata a MP nº 2.158-35/2001. Essa decisão do Poder Judiciário Federal encontra-se atualmente vigente até a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

Mesmo que a decisão judicial supracitada venha a não se perpetuar ao longo do trâmite judicial nas instâncias superiores, esta administração entende que a Entidade se enquadraria no regime não-cumulativo, segundo o disposto no art. 1º da Lei nº 10.833/2003. De acordo com esse regime, nenhuma obrigação seria devida pela Entidade considerando que os gastos diretos aplicados aos projetos superam as respectivas receitas de serviços.

Com relação à tributação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN sobre as receitas de empresas beneficiadas auferidas, de acordo com avaliações internas da Administração da Entidade, não são esperados efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Entidade. Haja vista que o SEBRAE/RN, possui junto a Prefeitura Municipal de Natal isenção de ISS sobre os serviços prestados.

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade e base de mensuração

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreende as Normas Brasileiras de Contabilidade (coletivamente “NBC TG”) emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. (CFC)

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto no caso de classe de ativo imobilizado de terrenos e edificações que foram avaliados ao valor justo (custo atribuído) na data da adoção inicial do Pronunciamento Técnico nº 27, instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa e o ativo atuarial da parcela de benefício definido do Plano Previdenciário patrocinado pela Entidade.

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade.

O Conselho Fiscal da Entidade aprovou a emissão destas demonstrações financeiras em 19 de fevereiro de 2018.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 5), revisão da vida útil sobre o ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 12), provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota Explicativa nº 11) e os ativos, passivos e premissas de aposentadoria relativas a planos de benefícios pós-emprego (Nota Explicativa nº 30). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização.

a. Premissas de cálculos atuariais sobre o plano de benefícios de risco pós-emprego

O valor atual de obrigações de benefícios de risco a empregados depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para o plano, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações do plano.

A Entidade determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações do plano. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Entidade considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

3. Principais práticas contábeis

* O Sistema SEBRAE reuniu os contadores em novembro de 2017 para padronizar textos da Nota Explicativa e desdobramentos padronizado das demais demonstrações, o que não representa mudança de política contábil no Sistema Sebrae.

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. As políticas foram aplicadas de forma consistente com todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, a menos quando divulgado de forma diversa.

a. Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

As receitas de contribuição Social Ordinária - CSO é relacionada com a transferências periódicas do SEBRAE Nacional para a Entidade, cujo registro é efetuado a partir do momento em que o direito ocorre, sendo normalmente recebida no mês seguinte ao de sua competência (Nota Explicativa nº 22). Essas receitas são relacionadas às transferências sistêmicas e periódicas da Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB originadas do Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS (Lei nº 8.154 de 28 de dezembro de 1990 - contribuição para fiscal das empresas privadas instaladas no país) ao SEBRAE Nacional, que por sua vez repassa os recursos às Unidades regionais do Sistema SEBRAE.

As receitas de Contribuição do Nacional – CSN é relacionada à execução dos projetos eleitos para o exercício e apropriada a partir da execução dos Projetos. (Nota Explicativa nº 19).

As receitas de convênio com parceiros são apropriadas de acordo com a execução das despesas correlatas aos respectivos convênios de origem (Nota Explicativa nº 21).

As receitas de empresas beneficiadas são reconhecidas quando da efetiva prestação do serviço (Nota Explicativa nº 20).

b. Instrumentos financeiros não derivativos

i. Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentadas pela Entidade. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem as contas a receber e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Numerários vinculados a convênios e programas não compõem este grupo contábil. (Nota Explicativa nº 04)

ii. Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Entidade classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal de suas atividades estatutárias, e são classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no curso normal, por até 12 meses. Após esse período, são apresentadas no passivo não circulante. Os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, se necessário, mensurado pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros. (Nota Explicativa nº 17)

iii. Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada, data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

c. Classificação entre Circulante e Não circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações financeiras são considerados como não circulantes.

d. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo e o passivo correspondente, quando aplicável, é reconhecido como provisões no passivo. (Nota Explicativa nº 12)

Terrenos e edifícios em uso foram mensurados ao valor justo quando da adoção inicial do

Pronunciamento Técnico CPC 27 (custo atribuído).

ii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado quando incorridos.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada dos bens. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: ¹

Edifícios	2,86 a 4% ao ano
Máquinas e equipamentos	2 a 12% ao ano
Utensílios e acessórios	2 a 10% ao ano
Equipamentos de informática	6,00 a 33,33% ao ano
Veículos	20% ao ano
Instalações	10% ao ano

e. Intangível

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Entidade e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. (Nota Explicativa nº 14)

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

f. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*Impairment*)

Os ativos não financeiros, incluindo o ativo imobilizado e o intangível, são revistos para se identificar perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, a perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

¹ Formalizadas por cada UFs

e. Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para a solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação passa a ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revista e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 e consideram as premissas definidas pela Administração da Entidade e seus assessores jurídicos. (Nota Explicativa nº 11)

f. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de remuneração em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. (Nota Explicativa nº 13)

Benefícios pós-emprego

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio Grande do Norte – SEBRAE/RN é um dos patrocinadores solidários do plano de benefícios SEBRAEPREV, administrado e executado pelo SEBRAE Previdência – Instituto SEBRAE de Seguridade Social. O plano possui características de contribuição definida cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quanto incorridas, exceto pelo risco vinculado a projeção de contribuições em caso de invalidez ou morte. Essa parcela de risco gera a obrigação atuarial de benefício pós-emprego sob a qual o SEBRAE/RN reconhece uma despesa de benefícios a empregados no resultado de cada exercício durante a carreira ativa de sua população.

Para apurar o valor da obrigação atuarial relativo aos benefícios de risco, o SEBRAE/RN contrata anualmente um atuário qualificado. (Nota Explicativa nº 11)

g. Subvenção e assistência governamental

Uma subvenção governamental é reconhecida inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e que a Entidade irá cumprir as condições associadas com a subvenção, e são reconhecidas no resultado como; receita de convênios, e subvenções e auxílios e outras receitas em uma base sistemática no período de vida útil do ativo.

h. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As novas normas e alterações previstas para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018: NBC TG 47 – Receita de contrato com clientes; NBC TG 48 Instrumentos Financeiros e Contratos de Arrendamento para 2019.

Com base em avaliação preliminar a entidade não espera impactos significativos no reconhecimento da receita de serviços no que se refere à NBC TG 47, como também no reconhecimento de seus instrumentos financeiros conforme NBC TG 48,

Desta forma, a entidade revisará seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração dos itens sujeitos às alterações correspondentes.

a. Plano de previdência a empregados

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado (Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa nº 30).

b. Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

c. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Entidade reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas em bases mensais (Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa nº 11).

d. Depreciação de ativos tangíveis

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas anuais variáveis de 2,86% a 40%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens. Os terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis (Nota Explicativa nº 12).

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Caixa Fundo fixo	29	23
Contas Bancárias (i)	368	228
Aplicações Financeiras (ii)	25.718	17.748
Total	26.115	17.999

(i) São disponibilidades imediatas em caixa e em contas-correntes bancárias, cuja posição, no exercício findo em 31 de março de 2018 e 2017, se encontra a seguir descrita:

Bancos	31/03/2018	31/03/2017
Banco Brasil	182	80
Caixa Econômica Federal	136	108
Banco do Nordeste do Brasil	50	40
Total	368	228

(ii) Os recursos aplicados são destinados à manutenção operacional e administrativa da Entidade, conforme demonstrado abaixo:

Bancos	Modalidade do fundo	31/03/2018	31/03/2017
		Valor Contábil	Valor Contábil
Banco Brasil	BB Milênio 10	10.125	2.787
Banco Caixa	FIF Caixa	15.689	14.969
Provisão para IRRF (*)		(96)	(9)
Total		25.718	17.747

(*) refere-se a estimativa da Provisão de imposto de renda na fonte sobre os rendimentos das aplicações financeiras.

Todas as aplicações financeiras são classificadas como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado. As aplicações em fundos são atualizadas com base na cota divulgada em cada mês. O valor justo dos ativos é igual ao valor contábil registrado.

5. Créditos a receber

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Créditos a receber (i)	440	959
Cheques e cartão (ii)	862	704
(-) Provisão para Crédito de Liquidação (iii)	(428)	(435)
TOTAL	874	1.228

- i. Créditos a receber referente às operações de venda de perfis, produtos e cursos, tais como, serviços de cursos consultorias, palestras, elaboração de projetos, realização de feiras, rodadas e eventos da unidade de Educação e Empreendedorismo, orientação empresarial e acesso a mercados.
- ii. Refere-se a Cheques e Cartão com possibilidades de recebimentos com processos iniciados oriundos de prestação de serviços de cursos, consultorias, palestras, elaboração de projetos e realização de feiras e eventos.
- iii. Provisão constituída com base na expectativa de não recebimento financeiro à partir de 180 dias de atraso da data de vencimentos.

6. Numerários vinculados a convênios e programas

Bancos	31/03/2018	31/03/2017
CSN (c/c 5.307-4)	51	15
SEBRAE-RN (c/c 5.711-8)	0	2
SEBRAE-RN (c/c 9.211-3)	2	-
CSN- Aplicação (c/c 5.307-4)	3.503	1.827
SEBRAE-RN Aplicação (c/c 5.711-8)	93	82
Sub - Total	3.649	1.926
Provisão para IRRF (*)	(15)	(15)
Total	3.634	1.911

(*) refere-se à estimativa da Provisão de imposto de renda na fonte sobre os rendimentos dos recursos financeiros aplicados.

Correspondem a Recursos Financeiros vinculados aos Programas, projetos e convênios sob execução do SEBRAE/RN, e que são apresentados separadamente da rubrica "Caixa e Equivalentes de Caixas", pois não constituem disponibilidade para a manutenção dos processos administrativos e operacionais da Entidade, conforme pronunciamento técnico CPC 03. Os saldos das contas vinculadas compreendem a soma dos aportes financeiros de parceiros e a contrapartida do próprio SEBRAE/RN. A utilização de

conta única para movimentação e aporte financeiro é prevista nos contratos dos convênios. As obrigações com parceiros em face dos depósitos recebidos são registradas na rubrica “Obrigações com Convênios e Contratos”, e detalhada na Nota Explicativa nº 18.

7 - Adiantamentos Concedidos

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Adiantamentos a Funcionários(i)	71	69
Adiantamento a Terceiros (ii)	1	1
<i>Outros Adiantamentos</i>	3	-
Total	75	70

8 -- Convênios a Executar

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Convênio 012/2010 FUNCERN	175	175
Convênio 005/2011 NEB	15	15
Convênio 007/2011 FGD	-	10
Convênio 012/2012 FGD	30	30
Convênio 010/2012 FGD	43	43
Convênio 011/2012 FGD	23	23
Convênio 010/2014 APEC	75	75
Convênio 006/2014 EDITEL	50	50
Convênio 011/2014 FUNPEC	75	75
Convênio 001/2015 FUNCERN	101	102
Convênio 002/2015 FGD	91	30
Convênio 003/2015 FUNCERN	48	48
Convênio 004/2015 UERN/CITECS	66	66
Convênio 005/2015 UFRN/FUNPEC/IMD	96	96
Convênio 006/2015 FGD	66	66

Convênio 002/2016 UNIRN	121	60
Convênio 003/2016 UNIFACEX	70	70
Total	1.145	1.034

9 - Transações com o Sistema SEBRAE.

São definidos como partes relacionadas os seguintes entes:

- a) Créditos com o sistema SEBRAE
- b) Obrigações com Sistema SEBRAE
- c) Pessoal chave da Administração
- d) Fundo de Previdência Privada (SEBRAEPREV)

As transações com as partes relacionadas estão resumidas conforme a seguir:

Transações com o Sistema SEBRAE

a. Créditos com o Sistema SEBRAE

Descrição	31/03/2018			31/03/2017		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos CSO a Receber	3.272	-	3.272	3.320	-	3.320
Recursos de CSN a receber	3.488	2.643	6.131	1.811	3.800	5.611
Outros Créditos a Receber	-	-	-	-	-	-
Total	6.760	2.643	9.403	5.131	3.800	8.931

(i) Nesta rubrica são registrados créditos a receber do SEBRAE/NA, relativo aos recursos de "Contribuições Sociais Ordinárias – CSO". Conforme diretrizes orçamentárias definidas para a elaboração do Plano Plurianual do período de 2018 a 2019 e do orçamento de 2018 do sistema SEBRAE são estabelecidas as receitas sociais ordinárias para cada unidade do SEBRAE.

Não há aplicação de juros ou quaisquer ônus sobre os recursos a receber.

b. Obrigações com o Sistema SEBRAE

Descrição Circulante	31/03/2018			31/03/2017		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
CSN a devolver (i)	-	-	-	-	-	-
CT.289/2.010 Adequação da Estrutura Interna (Mossoró)	89	22	112	83	104	187
CT.194/2.009– imobilização	-	-	-	143	-	143
CT. 214/2.012 – Adequação da Estrutura Interna	1.209	2.620	3.829	1.045	3.660	4.705
Total	1.298	2.642	3.941	1.271	3.764	5.035

(i) Nesta rubrica são registradas as obrigações com o SEBRAE/NA, relativo aos recursos de “Contribuições Sociais Nacionais – CSN”, recebidos e ainda não aplicados nos projetos específicos a que se destinam.

c. Transações de resultado

Descrição	2018	2017
Contribuição Social Ordinária (CSO)	11.571	10.012
Contribuição Social Nacional (CSN)	2.261	1.079
Total	13.832	11.091

As transações que afetam o resultado correspondem às contribuições sociais ordinárias, conforme distribuição definida pelo SEBRAE/NA, com base na arrecadação do ano anterior acrescido da expectativa de aumento previsto para o exercício atual.

* O Sistema SEBRAE reuniu os contadores em novembro de 2017 para padronizar textos da Nota Explicativa e desdobramentos padronizado das demais demonstrações, o que não representa mudança de política contábil no Sistema Sebrae.

d. Operações com pessoal-chave da Administração

Empréstimos para diretores

A Entidade não concede empréstimos a diretores e a outros dirigentes.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

Contemplam os membros do Conselho Deliberativo, Fiscal e Diretoria Executiva. De acordo com o art.9º, inciso VII do Estatuto Social do SEBRAE Nacional e Art. 6º. Do Estatuto Social dos SEBRAE/UF é princípio sistêmico a não remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativos e Fiscal. É competência dos Conselhos Deliberativo Nacional – CDN e Estadual – CDE a definição de remuneração e benefícios da Diretoria Executiva.

A seguir, quadro demonstrativo com valores acumulados de remuneração da pessoal chave da Administração:

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Remuneração	226	187
Benefícios	-	-
Total	226	187

Os valores envolvendo a entidade de previdência complementar – SEBRAEPREV – estão descritos na Nota Explicativa nº 30.

10 – Outros Créditos

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Créditos diversos (i)	121	95
Total	121	95

- (i) Esta rubrica compreende os saldos (em milhares de reais):
- a. Saldo de Depósitos Judiciais: 1
 - b. Impostos e Contribuições a Recuperar: 120

11 - Provisões

A seguir demonstramos a composição das obrigações, por natureza, relacionadas aos processos judiciais e administrativos classificados pela assessoria interna do SEBRAE/RN como risco “provável” de perda:

Descrição	Depósitos judiciais		Provisão	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Riscos Trabalhistas	324	266	1.086	189
Riscos Cíveis	-	-	-	-
Riscos Fiscais	-	-	-	-
Total	324	266	1.086	189

As provisões foram constituídas com base no parecer da assessoria jurídica do SEBRAE/RN de 23/03/2018.

O SEBRAE/RN possui os seguintes valores relativos a processos classificados por nossa assessoria jurídica com probabilidade de perda “possível”, os quais não possuem provisão reconhecida nas demonstrações financeiras:

Descrição	Valor	
	31/03/2018	31/03/2017
Riscos Trabalhistas	-	-
Riscos Cíveis	19	-
Riscos Fiscais	-	-
Total	19	-

12 - Investimento, imobilizado e intangível

A seguir a composição do ativo imobilizado para 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

Descrição	Taxa anual de depreciação	Saldo em 31/12/2017	Aquisições	Baixas	Saldo em 31/03/2018
Terreno	-	5.480	-	-	5.480
Edificações	2,86% a 4%	16.664	-	-	16.664
Móveis e utensílios	2% a 10%	3.133	-	-	3.133
Veículos e acessórios	20%	292	-	-	292
Máquinas/equipamentos	2% a 12%	1.546	8	-	1.554
Equipamentos de informática	6% a 33,33%	3.067	-	-	3.067
Instalações	10%	3.268	-	-	3.268
Aquisições em andamento	-	2	504	-	506
Bens de terceiros		858	-	-	858
Total do custo		34.310	512	-	34.822
Total da depreciação acumulada		- 8.704	- 400		- 9.104
Total imobilizado líquido		25.606			25.718

13 – Remuneração e Encargos

As obrigações correspondem a saldos em aberto a pagar decorrentes de remunerações a empregados: e encargos a recolher como segue:

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
-----------	------------	------------

Remuneração a pagar	-	-
Encargos sociais a recolher	459	423
Consignações da Folha de Pagamento	-	6
Total	459	429

14 – Obrigações Tributárias

As obrigações tributárias correspondem a saldos em aberto a pagar decorrentes obrigações acessórias de retenções de impostos de folha de empregados, terceiros, serviços e outro como segue:

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
IRRF-folha	149	301
ISS	54	18
INSS-Serv. - Terc.	1	11
Outras Obrigações	81	42
Total	285	372

15 - Obrigações com convênios e contratos

Refere-se a saldos de recursos resultantes de convênios, ainda não utilizados, conforme demonstrativo abaixo:

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Convênio MBC	1	1
Convênio Balde Cheio - consolidação	1	1
Convênio Petrobrás	145	145
Convênio PMM/PROS	46	46
Convênio PMM/CAMP	179	179
Convênio M. Dias Branco	- 4	20
Outros	1	-
Total	369	392

Os valores a comprovar referem-se a verbas recebidas de parceiros nos respectivos convênios que serão utilizados na execução de projetos. Após a execução e comprovação dos gastos efetuados, esses montantes serão apropriados ao resultado como receitas de convênios e subvenções.

16 - Obrigações trabalhistas

Refere-se a provisões de férias e remuneração variável e encargos pertinentes, sendo constituídas em função dos direitos adquiridos pelo quadro funcional, conforme demonstrativo abaixo:

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Obrigações sobre férias e 13º salário	2.315	2.120
Obrigações sobre Remuneração Variável;	1.048	0

17 - Contas a pagar

A seguir, apresentamos saldo de contas a pagar a fornecedores de materiais e serviços e outras obrigações:

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Fornecedores	913	83
Adiantamentos de Clientes	-	24
Cauções e Depósitos	-	60
Outras Obrigações	26	-
Total	1.106	167

18 - Patrimônio líquido

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Superávit Acumulado	30.483	27.737
Superávit (déficit) do exercício	3.831	-
Ajuste Avaliação Patrimonial	12.182	12.388
Total	46.496	40.125

a. Composição do patrimônio líquido

O patrimônio líquido é representado pelos superávits acumulados bem como pelo saldo de ajuste de avaliação patrimonial representado pela mais valia do custo atribuído dos bens do ativo imobilizado

quando da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27, sendo este realizado de acordo com a depreciação dos bens de origem.

b. Superávits acumulados

Refere-se aos resultados apurados em exercícios anteriores.

c. Superávit (Déficit) do exercício

Representa o resultado auferido no exercício social corrente. Após deliberação pela Administração, esses valores são absorvidos pelo patrimônio social da Entidade.

* O Sistema SEBRAE reuniu os contadores em novembro de 2017 para padronizar textos da Nota Explicativa e desdobramentos padronizado das demais demonstrações, o que não representa mudança de política contábil no Sistema Sebrae.

19 - Receitas com contribuição social

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Contribuição Social Ordinária – CSO (a)	11.572	10.012
Contribuição Social do Nacional - CSN (b)	2.261	1.079
Total da receita líquida	13.833	11.091

a. Contribuição Social Ordinária (CSO)

Nesta conta são registradas as contribuições sociais ordinárias, conforme distribuição definida pelo SEBRAE Nacional, com base na arrecadação do ano anterior acrescida da expectativa de aumento previsto para o exercício atual.

b. Contribuição Social Nacional (CSN)

Recursos transferidos pelo SEBRAE/NA para os SEBRAE/RN para execução de: chamadas públicas de projetos, projetos especiais, projetos estruturantes e ressarcimentos de despesas com destinação específica do orçamento do SEBRAE/RN (IN.37.21)

20 - Receitas de empresas beneficiadas

Nessa rubrica são registradas as receitas oriundas da prestação de serviços a terceiros, como treinamento, elaboração de projetos, consultoria, palestras, entre outros, conforme demonstrado:

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Treinamentos	105	107
Consultoria	1.007	567
Feiras	108	19
Palestras	-	-

EMPRETEC	71	44
Outras	1	1
Total	1.292	738

21 - Receitas de convênios, subvenções e auxílios financeiros.

Nessa rubrica são registradas as receitas oriundas da utilização dos recursos recebidos de convênios firmados com o SEBRAE/NA e outras entidades, referente à execução de projetos pelo SEBRAE/RN.

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Convênio M Dias Branco	32	-
Convênio FBB Ostricultura	2	-
Convênio FBB Aves Caipiras	1	-
Total	35	-

22 - Outras receitas operacionais

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Recuperação e restituições	66	1
Venda do Ativo	-	-
Reversão de provisões	43	-
Outras	70	129
Total	179	130

23 - Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais.

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Salário e Proventos	(2.578)	(2.399)
13º. Salário	(277)	(277)
Férias	(380)	(376)
Outros gastos com pessoal	(40)	(1.686)
Encargos Sociais	(1.020)	(950)
Benefícios Sociais	(909)	(693)
Total	(5.204)	(6.381)

Nesta rubrica são registradas as despesas com salários, rescisões, horas extras, adicionais e outros proventos, bem como encargos e benefícios relacionados à folha de pagamento.

24 - Despesas com serviços profissionais e contratados

Nesta rubrica são registradas as despesas de serviços de terceiros (Pessoa Jurídica e Física) que compreendem a contratação de consultoria, instrutores e serviços técnicos especializados diversos para atender os projetos coletivos e individuais, apresentando variações normais de acordo com a demanda dos projetos. São considerados na rubrica os serviços de manutenção, segurança e limpeza e os encargos sociais s/ serviços prestados.

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Instrutória e Consultoria	(2.698)	(857)
Serviços Técnicos e Especializados	(646)	(470)
Manutenção. Segurança e Limpeza	(273)	(157)
Demais Serviços contratados	(426)	(534)
Encargos Sociais s/ serv. terceiros	(2)	(5)
Total	(4.045)	(2.023)

25 - Custos e Despesas de operacionalização.

Nesse grupo são registrados todos os gastos com aluguéis de equipamentos, veículos, imóveis, publicidade, espaços para feiras, serviços gráficos, materiais de consumo, passagens e transportes, diárias e hospedagem, referente aos diversos projetos da Entidade.

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Despesa de Viagem	(612)	(348)
Alugueis e Encargos	(506)	(277)
Divulgação, Anúncios, Publicidade e Propaganda	(102)	(62)
Serviços Gráficos e de Reprodução	(158)	(71)
Serviço de Comunicação em Geral	(215)	(223)
Materiais de Consumo	(158)	(251)
Demais custo e despesas Gerais	(254)	(164)
Total	(2.005)	(1.396)

26 - Encargos diversos

Nesse grupo são registrados os gastos com impostos sobre aplicações financeiras, PIS-folha e taxas diversas.

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Impostos e Contribuições	85	101
Taxas	16	16
Total	101	117

27 - Despesas com provisões

Nesse grupo são registradas as despesas com provisões constituídas no período (exercício).

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Provisão Para Riscos Fiscais e outras	-	-
Provisão para perdas diversas	1	-
Provisão para Imposto de renda Aplicações Financeiras	73	-
Total	74	-

28 - Resultado Financeiro Líquido

Nesse grupo são registrados os rendimentos financeiros e as despesas financeiras, bem como as variações montarias ativas e passivas, decorrentes dos fundos de investimentos e aplicações que tem o objetivo de resguardá-lo da desvalorização monetária por conta da inflação.

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Rendimentos Financeiros		
Rendimentos de Recursos Ordinários	64	27
Rendimentos de Recursos Adicional/CSN	45	98
Rendimentos de Recursos Próprios	331	513
Outros Rendimentos	-	-
Subtotal	440	638
(-) Despesas financeiras	(38)	(91)
Variação Monetária Passiva	(66)	(63)
(-) Variação Monetária Ativa		
Total	336	484

José Ferreira de Melo Neto
Diretor Superintendente

José Eduardo Ribeiro Viana
Diretor de Operações

João Hélio Costa da Cunha Cavalcanti Júnior
Diretor Técnico



Claudio Soares da Silva
Contador - RN 006805/O-4